

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/03/2017

- [Judiciário pernambucano reúne-se com autoridades para discutir situação do sistema socioeducativo no Estado](#)
- [IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio](#)
- [Adolescentes da Funase contribuem com a elaboração do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente](#)

Assunto: Judiciário pernambucano reúne-se com autoridades para discutir situação do sistema socioeducativo no Estado

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 29/03/2017



Representantes do TJPE, do Conada e do Executivo

Franca Filho, e a presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), Nadja Maria Alencar Vidal Pires, acompanharam a reunião. As autoridades trataram de questões relacionadas ao sistema socioeducativo pernambucano.

O coordenador da Infância e Juventude do Poder Judiciário estadual, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, reuniu-se, na segunda-feira (27/3), com a coordenadora-geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Claudia Vidigal. O secretário Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Roberto

Entre os pontos debatidos, a situação das unidades de internação de adolescentes autores de atos infracionais em Pernambuco e as providências a cargo da Justiça estadual. A partir de iniciativa do próprio Judiciário pernambucano, as unidades judiciais elaboraram e vêm executando audiências concentradas dentro das unidades de internação localizadas na Região Metropolitana do Recife e no Interior. Até o momento, 658 audiências foram realizadas.

O desembargador Luiz Carlos Figueiredo destacou ainda a realização de mutirão na primeira e na segunda circunscrições, com a constatação do cumprimento dos prazos processuais tanto pelo Ministério Público quanto pelo Judiciário aproximadamente na totalidade dos casos. Os juízes das Varas Regionais da Infância e Juventude atuam diretamente na análise de cada caso envolvendo os internos.

Para o magistrado, o encontro possibilitou importante troca de informações e experiências. “A ausência de programas em meio aberto, além do aumento da delinquência e do uso de drogas, infelizmente, são alarmantes. A reunião foi bastante frutífera, pois apresentamos um diagnóstico tecnicamente correto do problema e esperamos que as soluções sejam viabilizadas. O Judiciário está aberto ao diálogo e reconhece as suas responsabilidades”, declarou o desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Na reunião, também se considerou a necessidade de apoio ao Executivo para conclusão e reforma de unidades de internação em andamento. O restabelecimento do apoio financeiro aos municípios com programas de liberdade assistida a infratores e prestação de serviços à comunidade também foi debatido. Tais medidas têm caráter socioeducativo e desafogam as unidades. O Conanda irá monitorar a evolução das providências adotadas durante o encontro.

Assunto: IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 29/03/2017



Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada hoje (29) mostrou que continua o predomínio expressivo da figura feminina como principal responsável pela criança no domicílio. Em 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 83,6% (8,6 milhões) tinham como primeira responsável uma mulher (mãe, mãe de criação ou madrasta). É o que aponta o *Suplemento Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015.

“Observamos que essa primeira responsável, quando é uma mulher, está principalmente na faixa entre 18 a 29 anos, já o homem como o principal responsável está concentrado na faixa dos 30 a 39 anos”, disse a pesquisadora do IBGE, Adriana Araújo Beringuy.

Outro aspecto analisado em relação à primeira pessoa responsável foi o nível de instrução: 52,2% das crianças com menos de 4 anos têm como responsável alguém com 11 anos ou mais de estudo. “A maioria dos responsáveis são pessoas mais jovens, mais escolarizadas, com pelo menos o ensino médio completo”, disse a analista do IBGE.

Emprego

Segundo o estudo, 52,1% das crianças de menos de 4 anos tinham a primeira pessoa responsável por elas ocupada na semana em que foi feita a entrevista pelo IBGE. Quando esse responsável era mulher, a proporção baixava para 45%, enquanto para os homens o percentual alcançava 89%. Para o IBGE, pessoa ocupada é a que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa.

O predomínio maior da ocupação entre os homens já é observado em análises de mercado de trabalho. “O que chama a atenção, contudo, é o fato de essa diferença ter sido acentuada quando a situação na ocupação envolvia, também, a condição de responsável por criança: o percentual de crianças com menos de 4 anos de idade cuja primeira pessoa responsável era homem ocupado mostrava-se praticamente o dobro daquele observado entre as crianças que tinham mulheres ocupadas nesta condição”, diz o levantamento.

Na avaliação da pesquisadora do IBGE, o impacto no mercado de trabalho para a mulher jovem com filhos pequenos é maior do que para o homem. “A atribuição de cuidar da criança trouxe para a mulher um reflexo importante no indicador de ocupação.”

Moradora de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, Camila Ferreira, de 28 anos, trabalhava como subgerente de uma imobiliária quando engravidou do filho, hoje com 1 ano. Ela ainda trabalhou por dois meses na imobiliária após a licença maternidade e decidiu deixar

o emprego. “Eu queria participar da vida do meu filho. Então abri mão do meu trabalho por ele também, mas principalmente por mim, porque não gostava do que fazia”.

Camila contou que o orçamento familiar teve uma queda, mas ela e o marido se adaptaram à diminuição da renda. Ela pretende matricular o filho em uma creche particular por meio período já que está fazendo cursos profissionalizantes para trabalhar por conta própria perto de casa.

Assunto: Adolescentes da Funase contribuem com a elaboração do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 29/03/2017



Vinte adolescentes das Casas de Semiliberdade (Casem) e dos Centros de Atendimento Socioeducativo (Case) da Funase participaram de oficinas de mobilização, no auditório da sede da instituição, conduzidas por representantes da Escolha de Conselhos. A missão dos adolescentes foi a de contribuir com a construção do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, que vem sendo trabalhado desde março do ano passado.

Os adolescentes foram convidados a compartilhar os problemas que os inquietam, fazer reflexões e sugerir soluções. Já foram ouvidas crianças e adolescentes de várias regiões do Estado, entre eles quilombolas, indígenas, ribeirinhos, homossexuais e portadores de deficiência. “Esse é um documento que vai nortear todas as políticas das crianças e dos adolescentes do Estado. A ideia é ouvir esses grupos sociais que muitas vezes são marginalizados, não participam das discussões da política”, disse Aniervson Santos, responsável pela condução da oficina.

Durante esse encontro eles debateram temas como transporte, saúde, alimentação, segurança e educação. A adolescente J.M., de 17 anos, se sentiu importante e honrada por poder contribuir com esse trabalho. “Não importa o pouco que colaborei, senti que foi muito importante e me trouxe mais conhecimento. Eu me interesso por todo tipo de atividade que vá me beneficiar lá fora. E com essa oficina vamos ajudar ainda outros jovens que vão fazer uso desse plano decenal”, destacou.

Segundo a Escola de Conselhos, o plano pretende ser regionalizado e descentralizado, com essas características da diversidade, da pluralidade desse público. “A proposta é fazer um documento que seja possível de ser lido por eles e por meio do qual eles se reconheçam. A proposta é de trazê-los para fazer parte dessa construção política, que parece algo inacessível. Mas todos nós fazemos política o tempo todo”, destacou Aniervson Santos. A expectativa é a de que esse documento seja finalizado ainda neste primeiro semestre, quando será entregue ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca-PE), que ficará responsável por todas as deliberações necessárias para então começar a ser aplicado.